

Governo volta a cometer os erros do passado



Orçamento agrava problemas existentes

A Associação Sindical dos Profissionais de Polícia (ASPP/PSP) é frontalmente contra a Proposta de Lei apresentada pelo Governo PS que visa aprovar o Orçamento do Estado para 2022.

A Proposta de Lei, não só não responde aos anseios e principais problemas com que os profissionais da PSP estão confrontados como, em alguns aspetos, agrava os problemas existentes.

Não podemos deixar de registar que a Proposta de Lei, ao consagrar uma proposta de aumento salarial de apenas 0,9 por cento não responde às legítimas expectativas dos profissionais da PSP e, uma vez mais, irá significar uma nova redução dos salários porquanto não é de todo espectável que a inflação se fique pelos 0,9 por cento.

A presente Proposta de Lei mantém o inaceitável valor do subsídio de risco em apenas 100 euros, o que na verdade significa um aumento de 69 euros, valor que o Governo impôs num processo negocial em que demonstrou não ter qualquer flexibilidade.



A **ASPP/PSP** irá confrontar os Grupos Parlamentares com a necessidade de alterar este valor reiterando a proposta de 200 euros já em 2022, 300 euros em 2023 e 400 euros em 2024.

Por fim, o Governo PS insiste no erro cometido em 2021 e volta a propor que em 2022 se limitem os acessos à pré-aposentação aos profissionais da PSP. Condicionar o acesso a um direito estatutariamente consagrado em função das admissões que dependem da vontade do Governo é para a **ASPP/PSP** inaceitável e irá agravar o já grave quadro de descontentamento que existe quanto a este assunto.

A **ASPP/PSP** entende que esta Proposta de Lei necessita de alterações substanciais e não deixaremos de colocar à Assembleia da República os problemas identificados e as soluções que defendemos.

#ParaNossaDefesa

A Direção da ASPP/PSP